

# Desafio de Crescer

1\* JUL 1996

Em dois anos, o Plano Real sedimentou na sociedade as vantagens da estabilidade econômica e da abertura comercial. Embora a estabilização não esteja totalmente consolidada, tornou-se impetrativo da aspiração maior dos brasileiros: a retomada de altas taxas de crescimento econômico, necessário para gerar empregos e corrigir o atraso social.

O país dispõe de uma imensidão de terras para ampliar a produção agrícola para atender um mercado interno despertado pelo fim do fantasma da inflação e pela recuperação do poder de compra, e exportar os excedentes. Os empresários aguardam ansiosamente garantias oficiais (leia-se ajuste fiscal e equilíbrio orçamentário do setor público) para ampliar a oferta de bens exigidos por consumidores sequiosos.

Por que um país pródigo em riquezas minerais e naturais como o Brasil não tem condições de atender aos desejos de sua população? A razão está na incapacidade financeira e administrativa do Estado para continuar patrocinando o fracassado modelo de desenvolvimento inaugurado no país ao final da Segunda Guerra, junto com a Companhia Siderúrgica Nacional.

É preciso mudar sem mais tardança o modelo para que o Brasil retome as perspectivas de crescimento e de solução dos seus graves problemas sociais. Um só indicador basta para mostrar que o modelo estatal de desenvolvimento — falido em todo o mundo — também não serviu à sociedade brasileira: os censos de 1960, 70,

80 e 90 registram concentração da riqueza nacional nas mãos dos 10% mais ricos da população, enquanto a fatia dos 50% mais pobres encolhia no período.

A mudança do modelo esbarra, porém, no arcabouço institucional do Estado brasileiro, cuja intervenção no domínio econômico foi equivocadamente inscrita na Constituição pelos constituintes de 88. Sem a reforma da Constituição não será possível completar a reforma do modelo econômico.

Está com o Congresso, portanto, a enorme responsabilidade de definir os destinos do Brasil no Terceiro Milênio, aprovando rapidamente as reformas Administrativa, Tributária, Previdenciária e a privatização para libertar a sociedade brasileira das garras de um Estado perdulário e ineficiente. É preciso liquidar logo com esses equívocos que representam tanto prejuízo.

No mundo da globalização e da derrubada das fronteiras nacionais pelos avanços das telecomunicações via satélites, não há mais espaço para a existência de privilégios funcionais, monopólios estatais, reservas de mercado e a prevalência de interesses corporativos sobre as aspirações da maioria.

O Brasil precisa de oxigênio para crescer por conta e risco da iniciativa privada. Mas isso só será possível se o Estado deixar de poluir a atmosfera econômica e social com seus excessos de ineficiência e gastos.